



CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 006/2017

RESPOSTAS AOS QUESTIONAMENTOS

Questionamento 10:

- Edital, Item 1.8.1 – Licenciamento Ambiental

De acordo com o Item 1.8.1 do Edital e com a Cláusula 14 do Contrato, “é de responsabilidade da SETOP-MG a obtenção das licenças ambientais [...] nos primeiros 5 anos do CONTRATO, bem como das licenças de operação das rodovias”. E “caberá à CONCESSIONÁRIA apoiar a SETOP-MG [...], arcando, inclusive, com todos os custos relacionados [...]”.

Até mesmo porque a SETOP-MG chamou para si a responsabilidade pela obtenção das licenças ambientais e de operação, solicita-se que seja estipulada uma verba na licitação para cobrir os custos advindos do licenciamento ambiental, tal como prevê o Edital para a rubrica “Desapropriações”, com o mesmo tratamento previsto na Cláusula 19.3.1 do Contrato.

Resposta: Cabe às Licitantes a avaliação e precificação de todos os custos e despesas a serem suportados por elas para atendimento ao item 1.8.1. do Edital e considerá-los na proposta a ser apresentada. Tais valores não ensejarão reequilíbrio do Contrato de Concessão.

Questionamento 11:

- Edital, Item 1.10

Tendo em vista a redação do Item 1.10 do Edital e da Cláusula 14.1.3 do Contrato que exclui do escopo da futura concessionária a recuperação de passivos ambientais fora da faixa de domínio das rodovias componentes do Lote, pergunta-se:

a) Em vistorias realizadas no trecho objeto de concessão foi possível verificar que existem canteiros fora da faixa de domínio com unidades industriais (usinas de asfalto, tanques de emulsão, etc) que pertencem ao DER ou construtoras contratadas pelo DER. Tais áreas serão recuperadas pelo DER e a futura concessionária não será responsável por nenhum passivo ambiental decorrente destas áreas. Nosso entendimento está correto?



b) Em vistorias realizadas no trecho da LMG-754 foi possível verificar que existem inúmeras áreas de apoio (jazidas e depósito de material excedente) fora da faixa de domínio que precisam ser recuperadas com recobrimento vegetal. Estas áreas serão recuperadas pelo DER e não devem ser consideradas como responsabilidade da futura concessionária. Nosso entendimento está correto?

Respostas:

a) O passivo ambiental fora da faixa de domínio não é de responsabilidade da futura Concessionária.

b) O passivo ambiental fora da faixa de domínio não é de responsabilidade da futura Concessionária.

Questionamento 12:

- Edital, Item 6.3 (IV)

A Garantia de Proposta deverá ser apresentada também no Envelope 04 (Documentos de Habilitação), além de integrar o Envelope 01 (Garantia de Proposta). Está correto nosso entendimento?

Resposta: Não. A Garantia da Proposta somente deverá ser apresentada no Envelope 01 (Garantia de Proposta).

Questionamento 13:

- Edital, Item 11.6.1

Solicita-se revisão da redação deste item por conter erro material.

Resposta: A redação correta é a seguinte:

“Item 11.6.1 Os documentos que poderão ser juntados no prazo referido no item 11.6. são aqueles cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica, já existente e demonstrada, na data de apresentação da documentação.”



Questionamento 14:

- Edital, Item 12.2

Solicita-se revisão da redação deste item por conter referência incompleta a outro item do edital.

Resposta: A redação correta é a seguinte:

“Item 12.2 Observados os procedimentos do item 12.1., a SETOP-MG convocará, mediante correspondência com Aviso de Recebimento, o ADJUDICATÁRIO para assinatura do CONTRATO, no prazo de até 90 (noventa) dias contados da data da mencionada convocação.”

Questionamento 15:

- Edital, Item 16.6.1.2

Na redação deste item consta que os valores líquidos (grifo nosso) arrecadados nas praças de bloqueio serão utilizados, exclusivamente, para fins de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Entretanto, a redação da Cláusula 31.7.3 do contrato menciona apenas “valores arrecadados”.

Entendemos que a redação do item 16.6.1.2 do Edital prevalece sobre a redação da Cláusula 31.7.3, pois a concessionária arcará com custos do investimento e despesas decorrentes da operação da praça, além dos de impostos e tributos sobre a receita arrecadada. Está correto nosso entendimento?

Resposta: Sim. Será considerado para o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato a arrecadação líquida das praças de bloqueio, descontados os custos dos investimentos e despesas decorrentes da operação das praças, além dos de impostos e tributos sobre a receita arrecadada.



Questionamento 16:

- Edital, Item 20.2

No Item 20.2 do Edital menciona-se que “as instalações e equipamentos existentes, utilizados para a operação e conservação do SISTEMA EXISTENTE, relacionados no Termo de Entrega, serão transferidos à Concessionária simultaneamente à transferência de controle”.

Em visita ao trecho a ser concedido, foram cadastrados 01 analisador de tráfego, 04 radares fixos e 08 lombadas eletrônicas implantados.

Pergunta-se:

- a) Estes equipamentos serão transferidos à futura concessionária?
- b) Em caso negativo, quem será responsável por suas remoções?
- c) Em caso positivo, estes equipamentos já implantados poderão ser considerados pelos licitantes para atendimento aos quantitativos mínimos exigidos no Apêndice C do PER ?

Respostas:

- a) Quando da elaboração do Termo de Entrega serão relacionados as instalações e equipamentos existentes que serão transferidos à Concessionária.
- b) Não se aplica.
- c) Não.



Questionamento 17:

- Edital, Errata / Comunicado Relevante nº 01

No item 1 do Comunicado Relevante nº 01, a SETOP orienta que “os potenciais licitantes devem considerar que a futura Concessionária irá receber o trecho da rodovia MG-231 pertencente ao Lote da BR-135 com as obras, hoje andamento, concluídas”.

Entretanto, no sítio eletrônico do DEER consta a informação que o lote objeto do Edital 019/17 foi homologado à Construtora Marins em 13/09/2017 e o prazo contratual é de 01 ano.

Pergunta-se:

Na hipótese da transferência do Sistema Existente à futura concessionária ocorrer antes da data prevista para a conclusão das obras no trecho da MG-231, é correto o entendimento de que as obrigações da futura concessionária para atendimento aos condicionantes do PER serão postergadas até a efetiva conclusão das obras contratadas nesta rodovia?

Resposta: Sim.

Questionamento 18:

- Anexo II – Contrato, Cláusula 14 – Do Plano de Gestão Ambiental

A redação das subcláusulas 14.1 a 14.4 necessita dos seguintes esclarecimentos:

a) Foi assinado o Termo de Compromisso com o órgão ambiental conforme previsto no artigo 3º da Resolução SEMAD 1875/2013, principalmente para garantir a aplicação dos artigos 9º e 12º? Em caso positivo, favor disponibilizar cópia do Termo assinado.

b) Caso o Termo de Compromisso não tenha sido assinado conforme prevê a resolução SEMAD 1875/2013, e haja necessidade de obtenção de licença ambiental para



execução dos serviços iniciais, bem como para implantação das praças de pedágio, tais licenças serão de responsabilidade do Poder Concedente?

c) As tratativas para obtenção de autorizações ambientais em geral (outorgas de uso de recursos hídricos, portarias de arqueologia, autorizações para intervenção em APP e corte de vegetação nativa, anuências de Unidades de Conservação, entre outros, quando pertinentes deverão ser obtidos pela concessionária ou serão obtidos pela SETOP-MG?

d) Existem Licenças ou autorizações ambientais vigentes para o trecho objeto deste Edital? Em caso afirmativo a Comissão de Licitação poderia disponibilizar cópia?

e) Caso existam processos ambientais administrativos e judiciais em andamento e em nome do DEER (autos de infração, TAC, multas, etc), estes não serão repassados para a Concessionária. Nosso entendimento está correto?

Respostas:

a) Não.

b) Sim.

c) Ver item 1.8 do edital

d) Existe regularização ambiental para parte do trecho objeto deste edital. Disponibilizaremos no site da SETOP assim que possível.

e) Sim. Caso já existam processos ambientais administrativos e judiciais em andamento antes da assinatura do Contrato de Concessão, estes não serão repassados à futura Concessionária.



Questionamento 19:

- Anexo II – Contrato, Cláusula 19.3

Na redação da Cláusula 19.3 tem-se: “O pagamento das desapropriações, inclusive aquelas necessárias à implantação das praças de pedágio e remanejamento de interferências, deverá ser efetuado pela CONCESSIONÁRIA mediante a utilização das verbas previstas no Apêndice B do PER”.

Pergunta-se: Os custos com a gestão social para remoção de ocupação irregular da faixa de domínio (elaboração de cadastro social, remoção, indenização e acompanhamento de mudanças) estão incluídos nas verbas de desapropriação listadas no Apêndice B do PER e, portanto, são passíveis de reequilíbrio contratual?

Resposta: Sim.

Questionamento 20:

- Anexo II – Contrato, Cláusulas com erros materiais

Solicitamos revisão nas cláusulas contratuais abaixo elencadas, por conterem erros materiais:

- a) Subcláusula 15.2 → excluir cláusula
- b) Subcláusula 21.3.1 → referência a item não compreensível
- c) Subcláusula 22.2.1.1 → referência errada ao item 22.1.1
- d) Subcláusula 29.2 → menção errada ao item 40.1
- e) Subcláusula 39.6 → excluir cláusula
- f) Subcláusula 43.2 → menção errada ao item 47.3



- g) Subcláusula 51.5.4 → menção errada ao item 58.5
- h) Cláusula 65 → renumerar todas as subcláusulas tendo em vista que não existe texto na subcláusula 65.1

Respostas:

a) Considerar excluída a subcláusula 15.2. (sem texto correspondente) da Cláusula 15., pois esta subcláusula não faz parte do Anexo II do Edital – Minuta do Contrato de Concessão.

b) Redação correta é a seguinte:

“Subcláusula 21.3.1. Os projetos de que trata esta cláusula, inclusive suas revisões e alterações, mesmo durante a execução dos respectivos serviços, deverão observar as normas, padrões e especificações técnicas básicas vigentes adotadas pelo DEER/MG e as normas editadas pelo DNIT, conforme previsto no item 3.2. deste CONTRATO.”

c) Redação correta é a seguinte:

“Subcláusula 22.2.1.1. Para os efeitos do item 22.2.1, considera-se contaminação qualquer resíduo, poluente, substância nocivas ou tóxicas, itens perigosos, resíduos perigosos ou especiais, ou qualquer componente de quaisquer dessas substâncias ou resíduos, em contato com a água, o solo ou o ar, advindo das atividades ligadas à CONCESSÃO, e que venham a tornar o meio ambiente inseguro ou inadequado para habitação ou para ocupação por animais e/ou degradado em sua capacidade de suportar vida vegetal e animal.”

d) Redação correta é a seguinte:

“Subcláusula 29.2. Os critérios para reajustamento da TARIFA BÁSICA DE PEDÁGIO, visando preservar o seu valor, estão fixados no item 32.1 do CONTRATO.”

e) Considerar excluída a subcláusula 39.6. (sem texto correspondente) da Cláusula 39., pois esta subcláusula não faz parte do Anexo II do Edital – Minuta do Contrato de Concessão.



f) Redação correta é a seguinte:

“Subcláusula 43.2. Extinta a CONCESSÃO, haverá a assunção imediata do serviço pela SETOP-MG, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessárias, com a ocupação por esta das instalações e a utilização de todos os bens da CONCESSÃO, os quais reverterão ao PODER CONCEDENTE, nos termos previstos neste CONTRATO, exceto no caso de rescisão, em que se aplicará o disposto no item 47.2.”

g) Redação correta é a seguinte:

“Subcláusula 51.5.4. Restando 120 (cento e vinte) dias para a extinção da CONCESSÃO, a comissão referida no item 51.5 fará uma vistoria do sistema rodoviário, determinando a realização dos serviços que entender necessários, independente do disposto no item 51.5.3.”

h) Considerar excluída a subcláusula 65.1 (sem texto correspondente) e considerar as demais cláusulas renumeradas na sequência correta após a eliminação da subcláusula 65.1.

Questionamento 21:

- Anexo I – PER, Item 3.1.2 – Sinalização e Elementos de Proteção e Segurança

A redação do Item 3.1.2 do PER não menciona a obrigação de cumprimento por parte da concessionária à norma ABNT NBR 15.486/2016, que estabelece diretrizes de projetos de dispositivos de contenção para novos projetos viários, duplicações, reconstruções ou adequações geométricas.

Durante visita ao trecho a ser concedido, foram identificadas situações em desacordo com norma NBR 15.486/2016, tais como (i) dispositivos de drenagem sem proteção; (ii) árvores situadas próximo ao bordo da rodovia; (iii) ausência de atenuadores de impacto em alguns segmentos.

Pergunta-se:

a) As licitantes deverão considerar a adequação e/ou implantação destes dispositivos de proteção e segurança rodoviária, para atendimento à NBR 15.486/2016,



em toda a extensão do lote, inclusive em locais onde não estão previstas obras de ampliação de capacidade e melhorias?

b) Na planilha orçamentária “15_Recuperação Lote BR 135_Rev 1” do Modelo Econômico-Financeiro elaborado pela SETOP, consta apenas o quantitativo de 805,75 m de defesa semi-maleável. Solicita-se revisão desta planilha de modo a contemplar a inclusão destas obras de adequação para atendimento à Norma NBR 15.486/2016.

Respostas:

a) Conforme prescrito na subcláusula 3.2. do Anexo II do Edital - Minuta do Contrato de Concessão as Licitantes devem considerar todas as normas vigentes aplicáveis às obras e serviços que fazem parte do escopo da Concessão na elaboração de suas propostas.

b) Os estudos referenciais realizados pela SETOP-MG, e disponibilizados aos Licitantes, visando a concessão do Lote da BR-135, têm como finalidade apenas a verificação da viabilidade da concessão deste trecho rodoviário, a avaliação e definição do valor da tarifa, obedecendo o preceito legal de sua modicidade, sendo apenas um referencial para as Licitantes, não podendo ser utilizado, em nenhuma hipótese, como base para elaboração das propostas a serem apresentadas à SETOP-MG ou para qualquer solicitação de reequilíbrio econômico financeiro pela futura Concessionária. Ver item 1.7. do Edital.

Questionamento 22:

- Anexo I – PER, Item 3.1.8 – Sistemas Elétricos e de Iluminação

No Escopo nº 2 consta a redação “Implantação de sistemas de iluminação nas rodovias nos trechos próximos às BSOs, CCO, postos de pesagem fixa já existentes, Postos da PRF e PRE (já existentes) e Postos Fiscais (já existentes).”

a) Como não existe parâmetro no documento para definir qual a distância do trecho próximo aos prédios citados que deverão ser implantados postes de iluminação, entendemos que o sistema de iluminação deverá ser implantado somente no trecho delimitado à frente dos prédios operacionais. Está correto nosso entendimento?



b) Entendemos que não será preciso implantar sistema de iluminação nos postos de pesagem móvel. Está correto nosso entendimento?

c) Solicitamos também revisão na redação acima, pois não existem postos de pesagem fixa no trecho da concessão.

Respostas:

a) Sim.

b) Não.

c) Já que, se não existem postos de pesagem fixa, não será exigida a implantação de sistemas de iluminação em tais instalações.

Questionamento 23:

- Anexo I – PER, Item 3.1.8 – Sistemas Elétricos e de Iluminação

No Escopo nº 3 consta a redação “Complementação dos sistemas de iluminação existentes dos principais acessos, trevos, entroncamentos, retornos, passagens subterrâneas, trechos urbanos, locais de travessia de pedestres e passarelas.”

Do cadastro de campo, esta licitante identificou os seguintes conglomerados urbanos:

ITEM	RODOVIA	MUNICÍPIO / LOCALIDADE	LOCALIZAÇÃO	
			km Inicial	km Final
1	BR-135	MONTES CLAROS	367,650	369,350
2	BR-135	LAGOINHA	382,200	383,000
3	BR-135	LAGOINHA	384,600	386,200
4	BR-135	BOCAIÚVA	409,250	413,950
5	BR-135	BUENÓPOLIS	510,650	513,150
6	BR-135	AUGUSTO DE LIMA	538,950	541,250
7	BR-135	CORINTO	574,500	576,700
8	BR-135	SÃO JOSÉ DA LAGOA	666,800	668,650
9	MG-231	CORDISBURGO	41,000	42,100
10	LMG-754	CORDISBURGO	42,350	42,950



Com vistas à equidade entre as propostas das licitantes, solicitamos confirmação da necessidade de iluminação nos trechos urbanos acima listados.

Resposta: Conforme item 3.1.8., se nos referidos trechos já existem implantados sistemas de iluminação estes deverão ser complementados.

Questionamento 24:

- Anexo I – PER, Item 3.1.8 – Sistemas Elétricos e de Iluminação

No Escopo nº 11, entendemos que os custos com o consumo mensal de energia elétrica dos sistemas elétricos e de iluminação objeto deste escopo é de responsabilidade das municipalidades ou do estado, conforme for o caso (grifos nossos). Está correto nosso entendimento?

Resposta: Sim

Questionamento 25:

- Anexo I – PER, Item 3.2.1 – Obras de Melhorias Operacionais

Com relação ao dispositivo de entroncamento existente entre as rodovias BR-135 e BR-040, pergunta-se:

- a) O dispositivo integra o escopo desta concessão ou é parte integrante do escopo da Concessionária Via040?
- b) A responsabilidade de adequar as alças do dispositivo de entroncamento em decorrência das alterações ocasionadas pela duplicação da BR-135 será da futura concessionária?

Respostas:

- a) O dispositivo não integra o escopo da Concessão do Lote da BR-135, objeto desta Licitação.



b) Sim.

Questionamento 26:

- Anexo I – PER, Item 3.2.2 – Obras de Ampliação de Capacidade

Para as obras de ampliação elencadas neste item, solicita-se os seguintes esclarecimentos:

- a) As faixas adicionais em pista simples serão implantadas com ou sem acostamentos?
- b) Tendo em vista a grande extensão de faixas adicionais intermitentes a serem implantadas, solicita-se revisão da planilha orçamentária “22_Obras de Melhorias e Ampliações”, de modo a contemplar as transições (agulhas de entradas e saídas) e computar a área efetiva de pavimentação destas transições.
- c) Quais os parâmetros geométricos de pista que deverão ser adotados para o Contorno de Cordisburgo, tais como (i) largura de faixa; (ii) largura de acostamento; (iii) pista simples ou dupla?

Respostas:

- a) As faixas adicionais em pista simples devem ser dimensionadas conforme prescreve o Manual de Projeto Geométrico de Rodovias Rurais do DNIT (emitido pelo DNER em 1999).
- b) Os estudos referenciais realizados pela SETOP-MG, e disponibilizados aos Licitantes, visando a concessão do Lote da BR-135, têm como finalidade apenas a verificação da viabilidade da concessão deste trecho rodoviário, a avaliação e definição do valor da tarifa, obedecendo o preceito legal de sua modicidade, sendo apenas um referencial para as Licitantes, não podendo ser utilizado, em nenhuma hipótese, como base para elaboração das propostas a serem apresentadas à SETOP-MG ou para qualquer solicitação de reequilíbrio econômico financeiro pela futura Concessionária. Ver item 1.7. do Edital.
- c) A implantação em Pista Simples ou Dupla depende dos estudos de Tráfego e de Capacidade, cuja responsabilidade pela elaboração é das Licitantes. Quanto aos



demais parâmetros, vide subitem 3.4.1 Parâmetros da Classe da Rodovia, do item 3.4 PARÂMETROS TÉCNICOS, do Anexo I do Edital - PER -PROGRAMA DE EXPLORACAO DA RODOVIA.

Questionamento 27:

- Anexo I – PER, Item 3.2.2 – Obras de Ampliação de Capacidade

Com relação à obra de implantação do Contorno de Cordisburgo, numa extensão de 3,5 km, caso o mesmo seja implantado pelo lado sul, estará dentro da zona de amortecimento do Parque Peter Lund, onde temos as Grutas de Maquiné.

Conforme Decreto Estadual 44.120 / 2005, esta área é Zona de Proteção Ambiental e Preservação Permanente.

- a) Tendo em vista que a obtenção das licenças ambientais estará a cargo da SETOP, solicita-se informações sobre o andamento do processo ambiental.
- b) Caso a extensão seja majorada, optando-se pela implantação ao norte da rodovia, haverá recomposição do equilíbrio econômico – financeiro com base na Cláusula 29 do Contrato?
- c) No orçamento de referência do Contorno de Cordisburgo, apresentado na planilha “14_CAPEX Consolidado Rev1” foram considerados dispositivos de entroncamento no início, fim e ao longo da extensão do Contorno?

Respostas:

- a) O processo ainda não foi iniciado.
- b) Sim, tanto para mais quanto para menos.
- c) Sim.



Questionamento 28:

- Anexo I – PER, Item 3.2.2 – Obras de Ampliação de Capacidade

No km 619+345 da BR-135 há uma passagem superior (Trevo de Curvelo), cujos pilares limitam a largura disponível para a implantação da duplicação.

Na planilha “22_Obras de Melhorias e Ampliações”, disponibilizada pela SETOP, não consta previsão orçamentária para alargamento desta passagem, de modo a atender à Classe 1.

Pergunta-se: os licitantes deverão considerar estes custos em sua proposta econômica?

Resposta: Se forem necessários, sim.

Questionamento 29:

- Anexo I – PER, Item 3.2.2 – Obras de Ampliação de Capacidade

No perímetro urbano de São José da Lagoa, localizado entre km 666+500 e km 668+850 da BR-135, já existem rotatórias alongadas, vias locais e separadores de pista em barreira de concreto tipo New Jersey.

Considerando que estes dispositivos deverão ser demolidos para a implantação da nova pista, pergunta-se: para as obras de duplicação previstas deverão as licitantes considerar no orçamento a implantação de rotatórias alongadas e vias locais neste trecho?

Resposta: Caso haja a necessidade das referidas demolições, sim.



Questionamento 30:

- Anexo I – PER, Item 3.2.2 – Obras de Ampliação de Capacidade

No orçamento das obras de duplicação elencadas no quadro deste item, a planilha “14_CAPEX Consolidado Rev1” prevê a implantação de 1.433,30 m² de pavimento de concreto em blocos sextavados por faixa de rolamento.

Solicita-se informações sobre o local de aplicação destes blocos de concreto.

Resposta: Os estudos referenciais realizados pela SETOP-MG, e disponibilizados aos Licitantes, visando a concessão do Lote da BR-135, têm como finalidade apenas a verificação da viabilidade da concessão deste trecho rodoviário, a avaliação e definição do valor da tarifa, obedecendo o preceito legal de sua modicidade, sendo apenas um referencial para as Licitantes, não podendo ser utilizado, em nenhuma hipótese, como base para elaboração das propostas a serem apresentadas à SETOP-MG ou para qualquer solicitação de reequilíbrio econômico financeiro pela futura Concessionária. Conforme o item 1.7.

Questionamento 31:

- Anexo I – PER, Item 3.4.3 – Parâmetros Técnicos das Obras de Melhorias

a) Para as passarelas a serem implantadas, cabe a orientação quanto ao gabarito vertical $\geq 5,50$ m, porém, para as passarelas já existentes, não se aplica tal exigência. É correto nosso entendimento?

b) Para as passarelas existentes que não tenham sido construídas segundo as novas normas de acessibilidade, os licitantes deverão considerar a adequação dos acessos e rampas para os portadores de necessidades especiais conforme a norma ABNT NBR 9050/2004?

Respostas:

a) Sim.



b) Sim.

Questionamento 32:

- Anexo I – PER, Item 3.5.8 – Sistemas Elétricos e de Iluminação

Na redação do Escopo “conservação rotineira dos sistemas elétricos (incluindo as linhas de alta e baixa tensão) e de iluminação das rodovias, ”entendemos que a conservação dos sistemas elétricos das linhas de alta tensão é de responsabilidade das concessionárias de energia elétrica e não da concessionaria. Está correto nosso entendimento?

Resposta: Sim, para o caso das linhas pertencentes às concessionárias de energia. Caso a Concessionária do Lote da BR-35 venha a implantar linhas de alta tensão para seu uso próprio, tais linhas deverão ser conservadas por ela.

Questionamento 33:

- Anexo I – PER, Item 3.6 – Frente de Serviços Operacionais

Nos Parâmetros Técnicos a serem atendidos para os equipamentos e sistemas dos itens 3.6.1 a 3.6.9 do PER, consta a exigência de “ausência de elementos, equipamentos e componentes, em qualquer momento, com idade (contada a partir de sua aquisição pela Concessionária) superiores às suas respectivas vidas úteis, tal como informadas para efeitos de depreciação”.

No Item 9 do Anexo IX (Condições de Devolução do Sistema Rodoviário), menciona-se que os equipamentos e veículos deverão apresentar vida restante de, no mínimo, 2 anos.

É correto o entendimento de que os licitantes deverão prever em suas propostas econômicas, a exigência contida no item 9 do Anexo IX?

Resposta: Sim.



Questionamento 34:

- Anexo I – PER, Item 3.6.1 – Centro de Controle Operacional

No Escopo 1 – Parâmetros Técnicos, consta “ Instalações completas para a PRF e PRE, de modo a permitir a comunicação com seus Postos ao longo da rodovia. ”

Entendemos que as instalações deverão conter uma posição junto ao CCO para a PRF e PRE, mas o sistema de radiocomunicação entre PRF, PRE e suas bases não é escopo do fornecimento da concessionária.

Está correto nosso entendimento?

Resposta: A Concessionária deverá disponibilizar sistema de comunicação que permita o trânsito de informações entre a Concessionária e a PRF/PRE. O sistema de comunicação entre as bases da PRF/PRE é de responsabilidade de cada uma delas.

Questionamento 35:

- Anexo I – PER, Item 3.6.3.6 – Sistema de Controle de Velocidade

Na redação do Escopo consta “Os serviços a serem realizados compreendem: (i) disponibilização, instalação, manutenção e permanente reposição de equipamentos das unidades de monitoração eletrônica de velocidade; (ii) coleta e processamento de imagens e dados captados pelos equipamentos; (iii) envio das imagens captadas à fiscalização e/ou PRF e/ou PRE para validação e obtenção de dados dos veículos/proprietários; (iv) processamento dos dados e imagens validados pela fiscalização; (v) geração de relatórios estatísticos e gerenciais a partir dos dados coletados pelos equipamentos e sistema de processamento; e (vi) disponibilização à fiscalização e/ou PRF e/ou PRE de todas as imagens captadas e dados processados.”

Está correto o entendimento de que os serviços de impressão e postagem das notificações e multas serão de responsabilidade da PRF ou PRE?

Resposta: Sim



Questionamento 36:

- Anexo I – PER, Item 3.6.5 – Sistemas de Pedágio e Controle de Arrecadação

Na redação dos Parâmetros Técnicos “Toda a operação das praças de pedágio deverá ser permanentemente acompanhada por câmeras de vídeo (Sistema CFTV), com recursos de gravação, em todas as pistas e em todas as cabines. Deverão também ser previstas câmeras que permitem a visualização da sinalização horizontal das filas máximas de 200 e 400 metros. ”

Para o cumprimento desta obrigação contratual, entendemos que poderão ser consideradas as câmeras já previstas no item “3.6.3.5 Sistema de circuito fechado de TV para as Praças de Pedágio”.

Está correto nosso entendimento ou serão necessárias câmeras distintas para cumprimento da obrigação para visualização das filas de 200 e 400 metros?

Resposta: É de responsabilidade das licitantes o dimensionamento para o total e perfeito atendimentos aos Parâmetros Técnicos especificados no PER. O uso ou não de câmeras distintas é prerrogativa das licitantes, desde que atendidos os parâmetros técnicos especificados no PER.

Questionamento 37:

- Anexo I – PER, Item 3.6.52 – Parâmetros Técnicos para operação das praças de pedágio

Para o Sistema de Controle de Violações, tem-se na redação deste item: “Qualquer que seja o sistema de arrecadação empregado, deverá ser implantado um sistema de controle e processamento de violações que registrará a(s) imagem(ns) de veículos infratores, que permita identificar, inequivocamente, o local, a data e a natureza da infração, como também o veículo infrator (placa e marca), atendendo a todos os requisitos constantes na Portaria DENATRAN nº 179/2015, Resolução CONTRAN nº 165/2004 e posteriores”.

Entendemos que o poder concedente emitirá todas as multas decorrentes da evasão do pedágio. Está correto nosso entendimento?



Resposta: Sim, dentro do que preconiza a legislação pertinente.

Questionamento 38:

- Anexo I – PER, Item 3.6.7 – Sistemas de Pesagem

Na redação dos Parâmetros Técnicos consta “A Concessionária deverá instalar todos os recursos necessários para implantação de um sistema de autuação remota por parte do Poder Concedente.”

- a) É correto o entendimento que, por se tratar de unidades de equipamentos de pesagem móveis, tal estrutura é desnecessária?
- b) Em caso negativo deveremos implantar uma estrutura civil para comportar os equipamentos e links necessários para esse tipo de operação? Serão complementados os detalhes de como será essa operação remota?

Respostas:

- a) **Sim.**
- b) **Não se aplica.**

Questionamento 39:

- Anexo I – PER, Item 3.6.7 – Sistemas de Pesagem

As aferições anuais dos Postos de Pesagem Móvel, em atendimento à Portaria 47 CONTRAN, não foram contempladas no orçamento da planilha “23_OPEX Consolidado Rev1”, disponibilizada pela SETOP.

Tendo em vista o montante envolvido na aferição anual, da ordem de R\$ 50.000,00/ponto/ano, deverão os licitantes prever verba anual em suas propostas econômicas, para atendimento à Portaria 47 CONTRAN?



Resposta: Sim. Tal obrigação está prevista no PER (item 3.6.7 Sistemas de Pesagem – Parâmetros Técnicos).

Questionamento 40:

- Anexo I – PER, Item 3.6.9

Solicita-se informar qual(is) Posto(s) PRF ou PRE deverá(ão) ser reformado(s) e adequado(s).

Resposta: O único existente, localizado no km 375,5 da BR-135.

Questionamento 41:

- Anexo I – PER – Apêndice A

Na planilha do Apêndice A consta a implantação 01 unidade de interseção em nível de 3 ramos tanto no km 41 da MG-231 como no km 41 da LMG-754. Pergunta-se:

- a) Esta interseção constante no quantitativo das duas rodovias seria o mesmo dispositivo?
- b) Em caso positivo, em qual rodovia deverá ser alocado este dispositivo?

Respostas:

- a) Não. O km 41,0 da MG-231 não é coincidente com o km 41,0 da LMG-754.
- b) Não se aplica.



Questionamento 42:

- Anexo I – PER – Apêndice Adicional

Solicitamos incluir um Apêndice no PER com ilustrações dos limites da concessão (início e fim dos segmentos) e, principalmente, das alças dos entroncamentos, identificando os segmentos que integram o lote da concessão.

Resposta: Serão disponibilizados arquivos com as ilustrações solicitadas. Não há necessidade de inclusão de Apêndice no PER, pois as perguntas e respostas relativas à licitação fazem parte integrante do Edital.

Solicita-se ainda disponibilizar a largura da faixa de domínio das rodovias que integram o lote de concessão.

Resposta: Faz parte dos estudos das licitantes o levantamento cadastral das rodovias do Lote.

Questionamento 43:

- Anexo V – Quadro 10 – Fluxo de Caixa

No Item 7.12.3 deste Anexo, menciona-se que a Coluna C do Quadro 10 representa o VPL de todos os valores, descontado a uma taxa de 9,43% a.a.

Solicitamos revisão do Quadro 10, tendo em vista que nos demais documentos editalícios a taxa de desconto é 9,2% a.a.

Resposta: Ver arquivo “Planilha do plano de negócio das rodovias - Rev. 3 [arquivo válido]” disponibilizado no site da SETOP.

Questionamento 44:

- Respostas da Comissão de Licitação aos Questionamentos 6 e 7



Das respostas proferidas pela Comissão de Licitação aos Questionamentos 6 e 7 ficou claro o entendimento do percentual de 0,5% incidente sobre o valor dos investimentos, a título de “Compensação Ambiental”, em atendimento à Deliberação Normativa COPAM nº 94, de 12/04/2006.

Entretanto, para implantação das obras de melhorias e ampliação de capacidade elencadas no PER, a futura concessionária deverá arcar também com custos adicionais referentes às medidas compensatórias do corte de vegetação e intervenção, por meio de plantio compensatório de área equivalente, no mínimo, duas vezes a área suprimida autorizada pelo IEF (Instituto Estadual de Florestas), conforme estabelecido na Deliberação Normativa COPAM nº 73/2004 (Artigo 4º, Parágrafo 4º).

Do acima exposto, solicita-se as seguintes informações:

- a) Os licitantes deverão contemplar em suas propostas econômicas estes custos adicionais relativos ao plantio compensatório estabelecidos na Deliberação Normativa COPAM nº 73/2004?
- b) Em caso afirmativo, tendo em visto o vulto do montante envolvido para atendimento a esta Deliberação (aproximadamente R\$ 20.000.000,00), haverá revisão nos Estudos de Viabilidade disponibilizados pela SETOP e, conseqüentemente, na tarifa básica de pedágio da concessão?

Respostas:

- a) **Sim. Os licitantes deverão contemplar em suas propostas econômicas estes custos adicionais.**
- b) **Não. Cabe às Licitantes a avaliação e precificação de todos os custos e despesas a serem suportados por elas para atendimento ao item 1.8.1. do Edital e, mais uma vez, claramente explicitados na Cláusula 14 da Minuta do Contrato de Concessão (Anexo II do Edital), e considerá-los na proposta a ser apresentada. Tais valores não ensejarão reequilíbrio do Contrato de Concessão.**